

Nas contas do governo, as perdas superaram os US\$ 3 bilhões.

A nova equipe econômica, que está fazendo o acordo com o Fundo Monetário Internacional — FMI — e condena a moratória, garante que o País carregou um prejuízo que, na ponta do lápis, somou US\$ 2,920 bilhões; embora possa ter sido maior; se contabilizado o que deixou de entrar em termos de créditos originários de governos e instituições multilaterais.

Segundo os dados do Ministério da Fazenda, os prejuízos contabilizados com a moratória foram os seguintes:

- 1) "Spread" (taxa de risco) de quase 2% incidindo sobre todo o estoque da dívida, quando poderia ser de 0,8125% sobre a **libor** (taxa interbancária de Londres) a mesma concedida ao México, no acordo plurianual. A perda foi de (US\$ 1 bilhão);
- 2) Destinação de US\$ 750 milhões das reservas para sustentar a liquidez dos bancos brasileiros no Exterior;
- 3) US\$ 800 milhões de perdas de linhas de curto prazo, e que corresponderam às duas linhas de crédito abertas em favor dos exportadores pelo Banco Central, com recursos da reserva;
- 4) Como o "spread" dos créditos das linhas de curto prazo tiveram um acréscimo de um ponto percentual, mais US\$ 150 milhões foram adicionados aos prejuízos, conside-

rando que a soma das linhas de crédito é de US\$ 15 bilhões;

5) US\$ 200 milhões correspondentes aos juros de mora incidentes sobre os juros pagos com atraso e que venceram no período de vigência da moratória, particularmente de 20 de fevereiro a 31 de dezembro do ano passado;

6) US\$ 20 milhões correspondentes às perdas pela não aplicação das reservas no mercado. Elas foram depositadas no Banco de Compensações Internacionais (BIS) por questões de segurança, e o rendimento é negativo.

Mais prejuízos

Na visão dos adversários da moratória, outros prejuízos podem ser considerados, ainda que não contabilizados, principalmente a virtual suspensão do fluxo de créditos do Exterior, resultando num balanço líquido negativo para o País no ano passado, em suas relações financeiras com essas instituições.

Dos governos estrangeiros (Eximbanks, etc.) deixaram de ingressar US\$ 2 bilhões, e o Brasil ainda pagou, no primeiro semestre, algumas dívidas. Para o Banco Mundial, foram remetidos US\$ 600 milhões, além dos ingressos efetivos (fluxo negativo); enquanto para o BID (Banco Interame-

ricano de Desenvolvimento) a perda foi de cerca de US\$ 300 milhões.

Garantem os adversários da moratória que, ao suspender o pagamento dos juros dos empréstimos de médio e longo prazos contraídos com os bancos privados, o então ministro da Fazenda, Dílson Funaro, imaginava (e convenceu o presidente Sarney) que a crise se circunscreveria ao sistema bancário privado, cometendo um erro de avaliação em relação à interdependência do mercado financeiro internacional.

Tanto a Fazenda como a Seplan estão convencidas de que o declínio das operações com o Banco Mundial e com o BID não resultou da falta de projetos adequados, mas do desinteresse político desses bancos em conceder novos recursos ao País enquanto a situação da moratória não se definisse.

A opinião predominante hoje no governo é de que sem a moratória teria sido possível uma negociação plurianual da dívida tendo como piso o pacote firmado com o México com o que o País poderia ter regularizado suas relações com os governos credores, e ainda facilitado seu acesso aos recursos do Plano Baker e do governo japonês.

Milano Lopes, AE-Brasília